

OLHARES SOBRE A EXISTÊNCIA DE BARREIRAS FÍSICAS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

Data da submissão: 06/09/2023

Data de aceite: 01/11/2023

Larissa Sousa Ferreira

Discente do Curso de Medicina do Centro
Universitário INTA – UNINTA - *Campus*
Sobral – CE
<https://lattes.cnpq.br/4216761325567636>;

Janinne Freitas Reis Soares da Rocha

Discente do Curso de Medicina do Centro
Universitário INTA – UNINTA - *Campus*
Sobral – CE
<https://lattes.cnpq.br/5695919054495113>;

Alexandre Petrus Alencar Arraes Andrade

Discente do Curso de Medicina do Centro
Universitário INTA – UNINTA - *Campus*
Sobral – CE;

Ana Beatriz Silva Farias

Discente do Curso de Medicina do Centro
Universitário INTA – UNINTA - *Campus*
Sobral – CE
<http://lattes.cnpq.br/6679077397012288>;

José dos Santos Macedo Melo

Discente do Curso de Medicina do Centro
Universitário INTA – UNINTA – *Campus*
Sobral – CE;

Mateus Fernandes Rodrigues

Discente do Curso de Medicina do Centro
Universitário INTA – UNINTA - *Campus*
Sobral – CE
<https://lattes.cnpq.br/1651207632710962>;

Maria da Conceição Azevedo Frota Mont'Alverne

Discente do Curso de Medicina do Centro
Universitário INTA – UNINTA - *Campus*
Sobral – CE;

Even Lara Martins dos Santos

Discente do Curso de Medicina do Centro
Universitário INTA – UNINTA - *Campus*
Sobral - CE;

Petrônio Pinto Dias

Discente do Curso de Medicina do Centro
Universitário INTA – UNINTA - *Campus*
Sobral- CE;

Paulo Moita Vasconcelos Monte

Discente do Curso de Medicina do Centro
Universitário INTA – UNINTA - *Campus*
Sobral - CE;

Hilário Oliveira Mororó Filho

Discente do Curso de Medicina do Centro
Universitário INTA – UNINTA - *Campus*
Sobral – CE
<https://lattes.cnpq.br/7004923327933392>

Francisco José Leal de Vasconcelos

Docente do Curso de Medicina –
Sobral - CE.

RESUMO: O presente estudo tem como finalidade uma discussão a respeito da importância de prevenção socioeducativa sobre as barreiras físicas nas Unidades Básicas de Saúde, exercendo referências entre a teoria e prática no que rege a Integralidade. Neste intuito, tratou-se de medidas de acessibilidade para adaptação de estruturas físicas, evitando assim que o abandono do tratamento por parte do usuário da Atenção Primária.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Primária à Saúde. Barreira Física. Acesso aos serviços de saúde.

VIEWS ON THE EXISTENCE OF PHYSICAL BARRIERS IN BASIC HEALTH UNITS

ABSTRACT: This study aims to discuss the importance of socioeducational prevention regarding physical barriers in Basic Health Units, establishing a connection between theory and practice within the context of Comprehensive Healthcare. The focus of this research is on implementing accessibility measures to adapt physical structures, thereby preventing primary care users from discontinuing their treatment.

KEYWORDS: Primary Health Care. Physical Barrier. Access to health services.

INTRODUÇÃO

É comum existirem espaços públicos com inúmeras barreiras físicas que impedem a inclusão de pessoas com deficiência física. Esta situação limita o acesso aos serviços de saúde e impede o pleno exercício da cidadania dessas pessoas. A Atenção Primária à Saúde -APS é a principal porta de entrada no sistema de saúde, sobretudo porque promove o acolhimento de todos aqueles que buscam os serviços básicos, o que se conecta com um dos princípios do Sistema Único de Saúde: a integralidade. Este princípio garante que os serviços de saúde sejam organizados de modo a oferecer todas as ações requeridas pela população adscrita. Em contrapartida, o não cumprimento dessas regulamentações de acessibilidade acarreta um espaço maléfico na saúde pública e, conseqüentemente, no acolhimento das pessoas com limitações físicas.

OBJETIVOS

Analisar a acessibilidade de pessoas com deficiência física na perspectiva da adaptação das estruturas físicas das Unidades Básicas de Saúde - UBS.

METODOLOGIA

Estudo qualitativo de revisão bibliográfica por meio do qual foram utilizados sites de busca, como MEDLINE e LILACS. Para a busca, foram utilizadas as palavras-chave “Atenção Primária à Saúde”, “Barreira Física” e “Acesso aos serviços de saúde”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado da revisão bibliográfica, foi possível identificar que a dificuldade de acesso, a partir da existência de barreiras físicas no interior das UBS, não só limita o acolhimento dos usuários, como compromete, também, o tratamento e a redução de danos que possivelmente deram causa a procura pelos serviços da APS, o que representa uma inconformidade com os princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde-SUS. Evidenciou-se ainda que a inadequação dos prédios de saúde da APS – aqui compreendida como uma demarcação da mobilidade e inacessibilidade em relação a estrutura física – também impede que o usuário com deficiência física deixe de exercer o seu direito à saúde. Vale destacar que restrição como essa também ocorre em outros níveis de atenção, como a Secundária e Terciária. Outro aspecto que deve ser considerado é que essa deficiência de ambientação gera uma evasão dos usuários, por exemplo, que podem abandonar o tratamento por detecção nas falhas físicas na rede assistencialista. Ademais, percebeu-se que é também importante que os prédios vinculados a APS disponibilizem cadeira de rodas para deslocamento do usuário, o que corrobora com a premissa da integralidade determinada na Constituição Federal de 1988. É importante reiterar que a comunicação e as informações voltadas para as pessoas com deficiência também fazem parte da receptividade nos estabelecimentos de saúde e são tão essenciais quanto os próprios atendimentos/consultas médicas. Além disso, a comunicação entre profissionais da saúde e usuários é fundamental no âmbito do acolhimento, uma vez que possibilita uma assistência baseada na equidade e na universalidade, aperfeiçoando, assim, o acolhimento nas UBS.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o acesso aos serviços de saúde com equidade deve ser tratado com atenção constante. Além de aspirar um melhor acolhimento no interior das UBS, o planejamento arquitetônico que respeite a acessibilidade garante uma redução na desigualdade social e uma ambiência adequada e digna da saúde universal.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Acesso em 2021 set 24. Disponível em: <http://www.brasilsus.com.br/index.php/legislacoes/gabinete/-do--ministro/16247-portaria-n-2-436-de-21-de-setembro-2021>.

MARQUES, J.F. Acessibilidade física na atenção primária à saúde : um passo para o acolhimento. *Revista Gaúcha Enferm.* 2018;39:e2017-009. Disponível em :<https://www.scielo.br/j/rgenf/a/LJTRRCcRQKwjDnN7dXbmhHD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 24 de set. de 2021.

SANTOS, M.L.M. Barreiras arquitetônicas e de comunicação no acesso à atenção básica em saúde no Brasil: uma análise a partir do primeiro Censo Nacional das Unidades Básicas de saúde, 2012. *Epidemiol. Serv. Saude. Brasília*, 29(2):e2018258, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/rj/ress/a/JhFdRjhq3tYQdPvd9KvsVdM/?lang=pt> Acesso em: 24 de set. de 2021.